



Imprimir



Fale Conosco



Zoom+

Zoom-



Edições

Anteriores

Busca

ANO V - Número 45
Brasília, 10/10/2011

Mais cidadania para mais brasileiras I

Em celebração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou, no dia 5 de março, no Palácio do Planalto, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM). "Este novo Plano representa uma extraordinária união de esforços do Governo Federal para fazer avançar as políticas para as mulheres", afirmou o presidente ao destacar a transversalidade proposta pelas ações do Plano que envolverá diretamente na sua execução 19 órgãos do Governo Federal.



Mais cidadania para mais brasileiras II

O II PNPM, assim como sua primeira edição, representa a reunião dos esforços do Governo Federal para a promoção da igualdade de gênero no País. Portanto, não é um plano da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é um plano de todo o governo. Participaram da solenidade, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, e ministros de Estado e secretários especiais cujas pastas estão envolvidas diretamente na execução do PNPM, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as bancadas femininas da Câmara e Senado.



Mais cidadania para mais brasileiras III

O II PNPM é resultado da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, cuja construção participativa envolveu cerca de 200 mil mulheres brasileiras em conferências municipais e estaduais, em todas as Unidades da Federação. Nele estão contidas 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação. Participam da sua execução 19 órgãos da administração pública federal (ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Cidades, Turismo, Desenvolvimento Social, Planejamento, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Cultura e Meio Ambiente; secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, SECOM, FUNAI e IPEA), além de representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).



Áreas estratégicas do PNPM

O II PNPM introduz seis novas áreas de atuação estratégicas que vão se somar as cinco já existentes no I PNPM. São elas: participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e



AGENDA

Mulheres Rurais

Na próxima quarta-feira (19/03), a partir das 10h, será lançado, no Teatro Nacional, em Brasília, o Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres Rurais. O evento conta com a participação da ministra Nilcéa Freire e dos ministros Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dentre as ações do Programa estão a realização de estudos para identificar e quantificar o trabalho não remunerado das mulheres do campo e da floresta; o desenvolvimento de oficinas de capacitação destinadas às mulheres sobre planejamento, produção, alternativas de escoamento dos produtos, além do apoio à participação em feiras nacionais e regionais. O Governo Federal também pretende criar infraestrutura produtiva para adquirir os produtos das organizações econômicas das mulheres, dentre outros.

segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; e enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.



Principais metas do novo PNPM I

No âmbito da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a meta é implementar o Pacto Nacional, no valor de R\$ 1 bilhão, nos 26 estados e no Distrito Federal. Dentre as ações do Pacto estão a construção ou o reaparelhamento de 764 serviços especializados de atendimento à mulher (DEAM, Casas Abrigos, Centros de Referência, Defensorias Públicas, Juizados de Violência) e a ampliação para 1 milhão de atendimentos do Ligue 180. Além de propor o aumento de 20% da representação feminina no Plano legislativo, o capítulo participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, ainda tem como metas: garantir um mínimo de 30% de candidaturas de mulheres nas eleições, conforme determina a Lei 9.504/97; ampliar em 20%, nas eleições de 2010, o número de mulheres na Câmara, no Senado Federal e nas Assembléias Legislativas e a revisão da Lei 9.504/97.



Principais metas do novo PNPM II

Na área da educação, além da alfabetização de 3 milhões de mulheres, as metas incluem a construção de 1.714 creches e pré-escolas; a formação de 120 mil profissionais da educação nas temáticas de gênero, raça/etnia e a ampliação em 10% da frequência de mulheres negras no ensino superior. Na área da saúde, o Governo Federal tem entre suas principais metas, para os próximos anos, reduzir em 15% a mortalidade materna e disponibilizar métodos anticoncepcionais em 100% dos serviços de saúde. Também fazem parte das metas do II PNPM para o período 2008-2011, além da reserva de 30% das vagas nas frentes de trabalho do PAC e a realização de 1.500 mutirões do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, ampliar a participação das mulheres no Pronaf em 35% e aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada.



Principais resultados do I PNPM 1

Os principais resultados do I PNPM foram a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que já proporcionou o crescimento significativo do número de serviços da Rede de Atendimento à Mulher. Em 2004, havia 13 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, hoje são 99, distribuídos em 24 capitais brasileiras e no Distrito Federal. O número de Casas Abrigo saltou de 34, em 2004, para 65 (2007); o de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) de 313 para 404; o de Defensorias Públicas da Mulher de 5 para 15. E, mais recentemente, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que hoje totalizam 53.



Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

A entrega da premiação da 3ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que integra o Programa Mulher e Ciência, da SPM, aos vencedores será em abril durante a cerimônia de comemoração dos 57 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O julgamento da categoria de Estudante de Graduação e Graduado aconteceu na última quarta-feira (05/03), na sede do Conselho, e contou com a presença da ministra da SPM, Nilcéa Freire, e da vice-presidente do CNPq, Wrana Panizzi.



ACONTECEU

Homens pelo fim da violência I

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher e com o slogan Homens por uma Cultura sem Violência contra a Mulher, foi lançada nesta terça-feira (11/03), no Teatro Nacional, em Brasília, a edição da Campanha do Laço Branco 2008. O evento foi marcado por um concerto da Orquestra Sinfônica, regida pelo Maestro Ira Levin, com a participação do renomado pianista Adriano Jordão. Para marcar a ocasião, os músicos e todos os

Principais resultados do I PNPM 2

A sanção da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, é um outro resultado importante. A legislação é um marco na defesa dos direitos das mulheres. Nesse período também foi criada a Central de Atendimento à Mulher, serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia e que realiza mais de 200 mil atendimentos efetivos por ano. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural permitiu que 546 mil trabalhadoras rurais pudessem tirar carteira de identidade, CPF e certidão de nascimento. Mais de 1,5 milhão de mulheres foram beneficiadas com o Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), com financiamento da ordem de R\$ 4,2 bilhões.



Principais resultados do I PNPM 3

Na área da saúde, foi lançada a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos. No âmbito dessa política. E numa iniciativa inédita na luta contra a Aids, o Governo Federal lançou, em 2007, o Plano de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DST, que visa reduzir as vulnerabilidades das mulheres em relação ao HIV e outras DSTs.



Prêmio Berta Lutz I

Maria dos Prazeres, presidente da Associação de Parteiras de Jaboaão dos Guararapes (PE), Alice Klaus, que se formou no primeiro grupo de aeromoças da Varig, e após a aposentadoria, trabalhou como voluntária nos vôos do Programa Antártico Brasileiro, Mayana Zatz, pró-reitora de pesquisa da USP e uma das coordenadoras do projeto Genoma Brasil, a ex-deputada Jandira Feghali, hoje secretária de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói (RJ), e Rose Marie Murado, patrona do feminismo no Brasil e conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foram agraciadas, nesta terça-feira (11/03), com o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em sessão especial do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, realizada no Plenário do Senado Federal.



Prêmio Berta Lutz II

Na abertura da solenidade, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, lembrou a luta de Bertha Lutz pelo voto feminino e disse que as conquistas das mulheres na vida política, embora ainda não sejam numerosas, têm qualidade. Em seu discurso, Dilma Rousseff, ministra da Casa-Civil, saudou as homenageadas, ressaltando que todas "representam a competência da mulher brasileira nas diversas áreas do conhecimento". No início da sessão, os participantes ouviram a apresentação do rap "Rosas", interpretado pelo grupo Atitude Feminina, de São Sebastião, no Distrito Federal. Na canção, as intérpretes lembraram que a realidade das mulheres "não é nem um pouco cor-de-rosa", pois a cada ano, enfatizaram, "dois milhões de mulheres são espancadas por seus maridos ou namorados".



Prêmio Berta Lutz III

presentes usaram o Laço Branco, símbolo das atividades da Campanha do Laço Branco no Brasil, que mobiliza os homens contra a violência de gênero.



Homens pelo fim da violência II

O objetivo do evento é conscientizar, principalmente, os homens sobre a questão da violência contra a mulher. A campanha é realizada há nove anos em todo o mundo e já chegou a 58 países. A iniciativa contou com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura do DF e foi organizada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), pelo Instituto Papai e Promundo, em parceria com a SPM, a Coordenação do Sistema das Nações Unidas no Brasil, OPAS/OMS, UNESCO, UNIFEM, Instituto Camões, Governo do Canadá, White Ribbon Campaign Canada e Kinross Gold Corporation.



Comissão de Anistia

Na véspera do Dia Internacional da mulher, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça aprovou a concessão de indenizações a sete mulheres que foram perseguidas políticas entre 1946 e 1985. Uma das beneficiadas foi Clara Charf, conselheira de notório saber do

Além do presidente do Senado, Garibaldi Alves, e da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participaram do evento o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Marisa Gomes, esposa do vice-presidente da República, José Alencar; deputada Sandra Rosado, coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, senadora Serys Slhessarenko, presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; e Denise Pereira Alves, esposa do senador Garibaldi Alves.



Imprensa Nacional I

A Imprensa Nacional (IN) anunciou nesta terça-feira (11/03) a adesão ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). O diretor-geral, Fernando Tolentino, entregou à ministra Nilcéa Freire, o termo de adesão ao programa, durante o seminário "A Mulher no Serviço Público", promovido pela instituição, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e como parte das celebrações do bicentenário da Imprensa Nacional. Na ocasião, Nilcéa apresentou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNP) e destacou a necessidade de políticas públicas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres na sociedade. "Hoje temos mais de 40% de mulheres chefiando suas famílias. Deste universo, 90% delas chefiam suas casas sozinhas". A ministra lembrou, ainda, que atualmente homens e mulheres são responsáveis pela produção de bens e serviços para o mercado. Portanto, segundo ela, a responsabilidade de cuidar da casa deve ser de ambos, e o Estado, assim como as empresas, devem oferecer oportunidades iguais para homens e mulheres.



Imprensa Nacional II

Além da ministra, participaram do evento a deputada federal e líder da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, Sandra Rosado e a professora da Escola Nacional de Administração Pública, Tânia Fontenele. Na ocasião, o diretor-geral da IN também anunciou a criação imediata do Comitê Pró-Eqüidade de Gênero, grupo composto por homens e mulheres, para iniciar as discussões sobre o programa. Após o seminário, as palestrantes e as servidoras da Imprensa Nacional foram homenageadas com o diploma Joana França Stockmeyer, primeira mulher a ingressar no serviço público, em 1892, quanto trabalhou como monotipista. Ela foi reconhecida pelo Governo Federal, por meio de decreto presidencial, como Patrona do Serviço Público Nacional.



Recital poético

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a SPM, juntamente com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Cultura e do Conselho dos Direitos da Mulher (CDM/DF), promoveram, no último sábado (08/03), no Teatro Nacional, um recital poético com a atriz e escritora Elisa Lucinda. Num clima descontraído, Elisa Lucinda apresentou uma coletânea dos seus poemas mais expressivos sobre lutas e conquistas das mulheres brasileiras e levou a platéia à uma reflexão em torno de temáticas universais: amor, racismo, feminismo, injustiças sociais, entre

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e viúva de Carlos Marighella, fundador da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Aos 83 anos, ela terá direito a uma pensão vitalícia de R\$ 2.520 por ter sido obrigada a deixar a profissão de aeromoça, em 1946, quando começou a ser perseguida pelo governo. "O mais importante não é quanto vou receber. O importante é o trabalho da comissão para tornar público tudo o que aconteceu no Brasil. Sei que o Estado jamais vai pagar o que foi a vida de cada pessoa perseguida", afirmou Clara. Além da pensão mensal, Clara terá direito a cerca de R\$ 150 mil, que se referem a pagamentos retroativos aos últimos cinco anos.



Campanha mundial contra violência às mulheres

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, no dia 25 de fevereiro, como meta vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (OMC) a erradicação da violência contra a mulher. Durante a 52ª reunião da Comissão sobre o Status da Mulher, que ocorreu até a semana passada em Nova York, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, lançou uma campanha mundial contra a violência às mulheres. Cerca de dez agências e programas da ONU

outros assuntos.

Jornada da Lei Maria da Penha I

A abertura da II Jornada da Lei Maria da Penha, que ocorreu nesta segunda-feira (10/03), no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, foi marcada pela assinatura de convênios. O primeiro deles, com a finalidade de dar mais efetividade à implementação da Lei Maria da Penha, foi firmado entre o CNJ, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). O outro, com o objetivo de capacitar juízes na aplicação da Lei, foi assinado entre o Conselho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Destinada a debater formas de aumentar o número de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no País, a Jornada é uma parceria entre o CNJ, a SPM e a Secretaria de Reforma do Judiciário.

Jornada da Lei Maria da Penha II

"Precisamos reunir esforços para que essa Lei entre no imaginário social com tanta força, que transforme a sociedade", declarou a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie. Na mesma ocasião, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, disse que o Conselho é um grande aliado das mulheres no enfrentamento à violência doméstica, porque zela pela implementação da Lei Maria da Penha. Participaram da solenidade de abertura, a ministra Ellen Gracie, presidente do CNJ e do STF, o ministro da Justiça, Tarso Genro, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o ministro Nilson Naves, diretor-geral da Enfam e presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a conselheira do CNJ Andréa Pachá e o secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favretto.

Mulheres ocupam 1,2 bilhão de vagas

O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da história, tendo alcançado em 2007 1,2 bilhão, segundo o relatório Tendência Mundial do Emprego das Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 10 anos, houve um incremento de 200 milhões nas ocupações femininas. Mas, ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do universo de 1,8 bilhão de homens empregados. Outra constatação é que os avanços não foram suficientes para reduzir o desemprego entre as mulheres e nem suas condições de trabalho, que continuaram exercendo atividades pouco produtivas, com baixa remuneração e sem cobertura social.

Educação melhora economia dos países

Investir em educação feminina acelera o crescimento econômico dos países, melhora a renda per capita e aumenta a produtividade. A conclusão é de um relatório do Banco Goldman Sachs. De acordo com o documento, o investimento na educação das mulheres tem o potencial de elevar o Produto Interno Bruto (PIB) em 0,2% ao ano nos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) e no chamado Next-11, um grupo de 11 países escolhidos pelo Goldman Sachs como as próximas apostas de maior desenvolvimento (Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã).

aderiram à campanha, que vai durar até 2015, e coincide com o prazo para a execução dos ODM. A campanha visa mobilizar a opinião pública e os órgãos de decisão em nível mundial e vai atuar em três frentes: na promoção de ações em nível global, na priorização de programas em prol das mulheres dentro das Nações Unidas e no estímulo de colaborações com governos e entidades nacionais.

Expediente:

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editores: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Cota para mulheres é legal

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, emitiu parecer pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo PSC contra a lei que reserva uma cota mínima de 30% para cada sexo na composição das listas de registro de candidaturas. Em 1996, o Congresso instituiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral - que obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado e o mínimo passou a ser de 30%. Na ação, o partido contestava o princípio da isonomia entre homens e mulheres. Segundo o procurador, a visão formalista do PSC não leva em conta o compromisso democrático assumido pela Constituição de ampliar a inserção e o direito à participação das mulheres e de outras minorias na sociedade.



Mulheres investem na casa própria

Pesquisa realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) demonstra que o público feminino com renda de até três salários mínimos (R\$ 1.140) já responde por 45% dos financiamentos habitacionais contratados desde o ano 2000, contra 55% de participação masculina na mesma faixa de renda. No período, as mulheres contrataram mais de 400 mil empréstimos dentro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), contra 491 mil contratos assinados por homens. Se agrupadas todas as faixas de renda, a participação feminina ficou em 37%, somando cerca de 853 mil cartas de crédito liberadas.



Goiás na liderança do tráfico de mulheres

Um estudo divulgado em maio de 2004 pelo Ministério da Justiça em parceria com o escritório das Nações Unidas Contra Drogas e o Crime (UNODC) mostrou que o biotipo da mulher goiana - estatura média para alta e pele morena de cafuzo - tornou-se símbolo de referência para os homens europeus. O tráfico de mulheres entre 19 e 30 anos colocou Goiás como um dos Estados líderes na exportação de mulheres para a indústria do sexo na Europa, dizia o estudo. Espanha, Portugal e Itália, entre outros países, são os principais destinos.



Nova vacina contra HPV

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou mais uma vacina para prevenir o HPV, vírus que é o principal causador do câncer de colo do útero. Assim como o medicamento já existente no mercado, a nova vacina deverá custar em torno de R\$ 460 e será prescrita em três doses. Só estará à venda em clínicas de vacinação e não será disponibilizada no Sistema Único de Saúde (SUS).



Voto feminino completa 76 anos

O direito ao voto feminino foi obtido há 76 anos, por meio do Código Eleitoral Provisório em 24 de fevereiro de 1932. Mesmo assim, na época, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. O voto feminino, sem restrições, só passou a ser obrigatório em 1946.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br